



Análise sócio-jurídica do PNEDH - na construção de uma Educação em e para os Direitos Humanos.

Autor(es): KLUG, Tais Borges
Apresentador: Tais Borges Klug
Orientador: Sheila Stolz da Silveira
Revisor 1: Rita de Cássia Grecco dos Santos
Revisor 2: Helenara Plaszewski Facin
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande

Resumo:

Através do estudo de fontes primárias como a investigação bibliográfica e o mapeamento das políticas públicas de concretização de uma cultura de Direitos Humanos – DH – levadas a termo durante o ano de 2008, a pesquisa em tela, ainda em fase de revisão bibliográfica, busca obter subsídios teórico-metodológicos para analisar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH , proclamado em 2003, com uma segunda versão publicada em 2006. Esta pesquisa se fundamenta na idéia de que todo processo educativo é também socializador de uma coletividade humana, de um grupo social, de um indivíduo, em uma determinada cultura. Podemos perceber que a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH – deu destaque ao acesso universal à Educação e por consequência a processos educativos voltados para a defesa da paz, da tolerância e o respeito a dignidade humana. Portanto, a Educação em Direitos Humanos – EDH – é um processo de socialização em uma Cultura de DH capaz de fortalecer os princípios destacados na DUDH e também elucidar discursos distorcidos a cerca dos DH. Pois acreditamos que somente com o fortalecimento destes Direitos, seremos capazes de construir uma sociedade efetivamente democrática, inclusiva e solidária. Mostra-se importante neste momento esclarecer que a construção de uma cultura de DH não vem pois engessar ou amoldar os comportamentos, mas sim buscar tal consolidação através de um amplo processo plural, solidário e coletivo. Essa cultura – desde uma perspectiva universal para a defesa e garantia da dignidade dos seres humanos – ainda é bastante recente, cita-se por exemplo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou, em dezembro de 2008, apenas sessenta anos de sua promulgação. E, no que concerne as sociedades profundamente assimétricas e marcadas por diferenças socioculturais como a brasileira, torna-se imprescindível a construção de concepções e práticas de bem comum e de cidadania através de ações de socialização/educação aptas a desencadear o respeito à diversidade, a tolerância entre os diferentes e a solidariedade entre desiguais, para muito além das normas constitucionais e infra-constitucionais norteadoras das condutas de seus cidadãos. Esperamos pois, com esta pesquisa, buscar uma profunda análise dos temas expostos no PNEDH, bem como sua efetivação para uma cultura de DH na sociedade.